

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

GIANE FURLAN

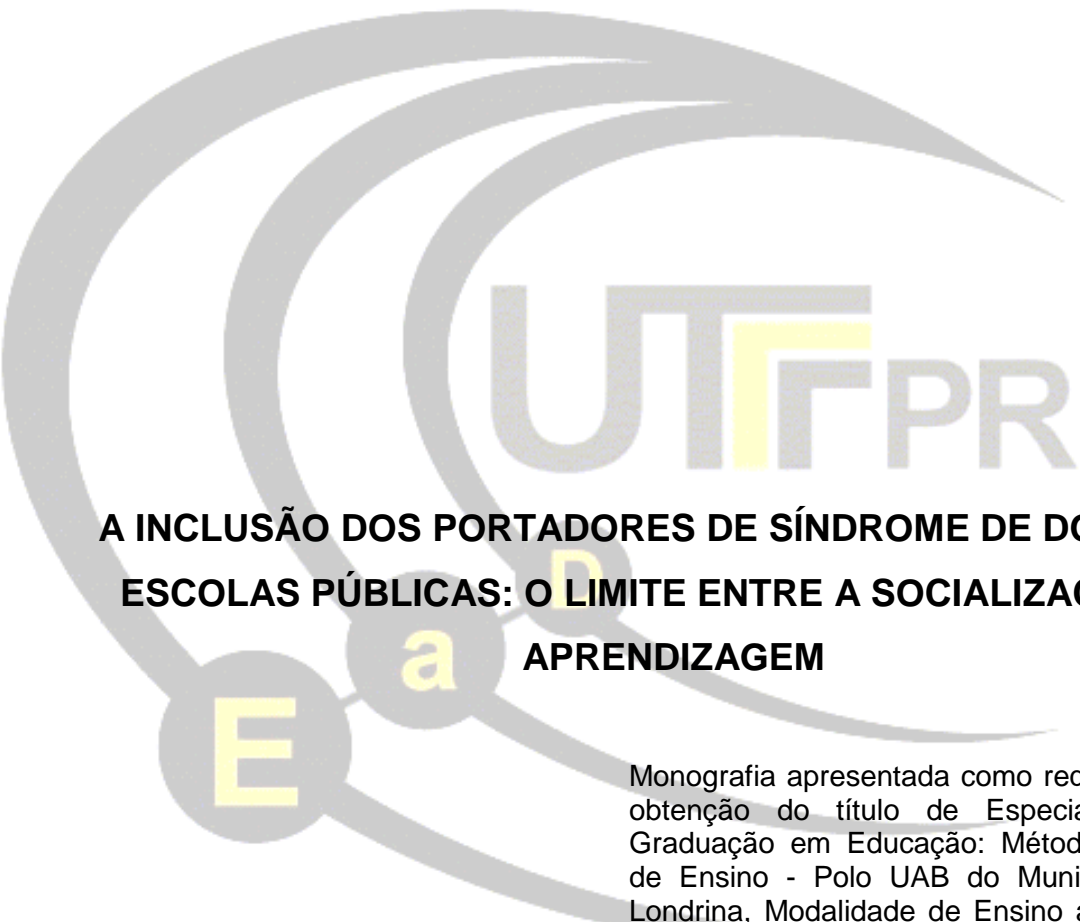
**A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN NAS
ESCOLAS PÚBLICAS: O LIMITE ENTRE A SOCIALIZAÇÃO E A
APRENDIZAGEM**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

GIANE FURLAN



**A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN NAS
ESCOLAS PÚBLICAS: O LIMITE ENTRE A SOCIALIZAÇÃO E A
APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Nova Londrina, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador(a): Prof. Carlos Laercio Wrasse

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

A inclusão dos portadores de síndrome de down nas escolas públicas: o limite entre a socialização e a aprendizagem

Por

Giane Furlan

Esta monografia foi apresentada às..... h do dia..... **de..... de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Me.
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr.
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Me.
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico a elaboração deste trabalho a Deus que deu-me força e sabedoria para desenvolvê-lo. Obrigada Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Agradeço aos meus pais, ao meu filho, ao meu esposo e, a algumas pessoas especiais que sempre disseram: vai dar tudo certo, quando tudo parecia dar errado.

Ao meu orientador professor Carlos Laercio Wrasse, pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Campus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

RESUMO

FURLAN, Giane. A inclusão dos portadores de síndrome de down nas escolas públicas: o limite entre a socialização e a aprendizagem. 2014. 25 folhas. monografia (especialização em educação: métodos e técnicas de ensino). universidade tecnológica federal do paraná, medianeira, 2014.

Este trabalho teve como temática, o estudo sobre a inclusão dos portadores de síndrome de down nas escolas públicas: o limite entre a socializa o e a aprendizagem. A principal razão da inclusão   demonstrar que todas as pessoas são membros igualmente importantes em uma comunidade e que a diversidade e a diferença enriquecem o meio escolar, possibilitando novas aprendizagens, e o professor   continuamente desafiado a partir da implanta o do modelo de inclusão. Portanto,   necessário que o professor se sensibilize e conscientize da necessidade da inclusão, que sua forma o continuada possibilite situa es de análise e reflexão sobre suas próprias condi es de trabalho e suscite novas possibilidades de media o. Diante disso, este trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de estudar e compreender o que   a síndrome de down, qual   importância da inclusão dos alunos com síndrome de down no ensino regular e ainda entender como   essencial a forma o do professor, nesse contexto.

Palavras-chave: Síndrome. Aluno. Inclusão.

ABSTRACT

FURLAN, Giane. The inclusion of down syndrome patients in public schools: the boundary between socialization and learning. 2014. 25 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

This work had as its theme, the study on the inclusion of down syndrome, that in public schools: the boundary between socialization and learning. The main reason for inclusion is to demonstrate that all people are equally important members in a community and that diversity and difference enrich the school environment, enabling new learning, and the teacher is continuously challenged from the implementation of the inclusion model. Therefore, it is necessary for the teacher to sensitize and aware of the need for inclusion, your continuing education enables situations of analysis and reflection about their own working conditions and creates new possibilities for mediation. Thus, this work was carried out through a literature search in order to study and understand what is the down syndrome, which is as importance of including students with down syndrome in mainstream and still understand how the training is essential teacher in this context.

Keywords: Syndrome. Student. Inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	13
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	14
3.1 CONCEITO DA SÍNDROME DE DOWN.....	14
3.2 CARACTERÍSTICAS DE PACIENTES PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN DE ACORDO COM THOMPSON.....	15
4 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	17
5 O PROCESSO DE INCLUSÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

Sabendo que a inclusão é uma obrigatoriedade no setor político educacional brasileiro, passa a ganhar merecida atenção de grandes estudiosos, a fim de empreenderem uma investigação científica com o intuito de empegar-se a descobrir como está sendo o processo de inclusão dos alunos com síndrome de Down nas escolas de Ensino Regular do Brasil.

No entanto, os alunos portadores de síndrome de Down eram excluídos das salas de aulas pelo fato de os professores por não terem uma preparação profissional e capacitação nesta área e também pelos colegas da escola por falta de conhecimento e de não saber lidar com essa nova situação.

A educação inclusiva visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular garantindo a todos o direito à igualdade à educação, visando ao um desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

Para falar sobre inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, pois se trata a inserção de alunos com deficiência que almejam valorização e reconhecimento do meio.

Faz necessário também, uma mudança de paradigma dos sistemas educacionais onde se deve centrar-se mais no aprendiz, levando em conta suas potencialidades e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos, favorecendo uma pequena parcela dos alunos. O paradigma da inclusão tem como objetivo a não exclusão escolar e propor ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto a muitas dificuldades e desafios a enfrentar, e entre elas o aperfeiçoamento dos docentes.

Este trabalho é relevante, pois faz uma análise sobre a importância da inclusão dos indivíduos com síndrome de down e também por destacar as principais características do portador desta síndrome e que, apesar de suas limitações são pessoas perfeitamente capazes de aprender e de se socializarem como e com as pessoas ditas “normais”.

Diante disso, este trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de estudar e compreender o que é a síndrome de down, qual é

importância da inclusão dos alunos com síndrome de down no ensino regular e ainda entender como é essencial a formação do professor, nesse contexto.

. A pesquisa busca ainda, apontar o potencial de aprendizagem do aluno, verificar se o professor encontra-se preparado para receber os alunos portadores de síndrome de down e a importância de sua formação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica buscando o estudo e um embasamento teórico científico sobre a Síndrome de Down.

Gil (2007, p. 42) considera que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo fundamental “descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos”. Realizando a pesquisa bibliográfica, há a possibilidade do contato direto com o objeto de estudo, sendo destacado neste estudo, o que é a síndrome de down, a importância da inclusão dos alunos com síndrome de down no ensino regular e a compreensão de como é essencial a formação do professor, nesse contexto.

Gil (2007) define pesquisa como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2007, p.17).

Segundo Trivinos (1987), “a pesquisa exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar”.

A coleta de dados da pesquisa bibliográfica foi feita através de fontes primárias de pesquisa, ou seja, foram utilizadas bibliografias originais como livros, revista, artigos e dissertações publicados em congressos e houve a busca em fontes secundárias com pesquisas sendo realizadas através de sites e artigos disponíveis na internet, com o objetivo de estudar e compreender o que é a síndrome de down, como qual é importância da inclusão dos alunos com síndrome de down no ensino regular e ainda entender como é essencial à formação do professor, nesse contexto.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 CONCEITO DA SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down é a alteração genética cromossômica do par 21, que traz, como consequência, características físicas marcantes e implicações tanto para o desenvolvimento fisiológico quanto para a aprendizagem.

A síndrome de down foi descoberta pelo Dr. John Langdon Down, que a define como um “acidente genético”

Segundo Stratford (1997, p. 48):

A pessoa é formada por células e em seu interior estão os cromossomos que motivam as informações biológicas dos indivíduos. As células de um ser humano possuem 46 cromossomos ou 23 pares, 22 dos quais são autossômicos isto é, são determinantes das características do indivíduo e um determinante do sexo. Para fins de estudo são identificados por grupos de A e G e numerados de 1 a 22, sendo que os sexuais, são designados por letra (XX e WY).

Já em relação a síndrome de down, cada célula apresenta 47 cromossomos. De acordo com Dessen e Silva (2002, p.166):

A síndrome de Down (SD) tem registros antigos na história do homem, sendo os primeiros trabalhos científicos datados do século XIX. Contudo, a história da humanidade mostra crianças com SD sendo retratadas, principalmente, por pintores como Andrea Mantegna (1431-1506) e Jacobs Jordaens (1539-1678). Em 1838, Esquirol fez referência à síndrome em um dicionário médico. Outros registros são constatados na história, por exemplo, no livro de Chambers, datado de 1844, no qual a síndrome de Down é denominada “idiotia do tipo mongolóide”, e na descrição feita por Edouard Seguin (entre 1846 e 1866) que se referia à síndrome como um subtipo de cretinismo classificado como “cretinismo furfuráceo” (Schwartzman, 1999).

Para Schwartzman (1999, p. 129), “alguns fatores endógenos e exógenos contribuem para a maior ou menor incidência da desordem”. Um dos fatores endógenos mais frequentemente associados a esta síndrome é a idade da mãe, pois as mulheres já nascem com uma quantidade de óvulos que envelhecem à medida que elas também envelhecem.

A síndrome de down se caracteriza por três tipos de desequilíbrios cromossômicos, que de acordo com Pueschel (2005, p. 37), “o indivíduo passa a ter 47 cromossomos e não mais 46”. Existe também “translocação”, onde (Pueschel apud Saad, 2003, p. 38) destaca que é “uma situação em que parte do cromossomo 21 se une aos outros cromossomos e o cromossomo 21 fica exposto ou translocado para cromossomo, geralmente sobre o 14, 21 ou 22”. A terceira anormalidade é o mosaïcismo que ocorre segundo Pueschel (2003, p. 38\). “quando parte das células existentes no ser humano possuem 47 cromossomos e a outra parte 46”

Thompson (1993, p. 143) assegura que:

As características comuns da síndrome de Down são maiores que as diferenças raciais, o aspecto facial é tão típico nos pacientes com trissomia do 21 que, tendem a ter feições mais semelhantes com outros pacientes com a trissomia do 21 do que às de seus próprios irmãos.

As características físicas do indivíduo são determinadas pelos cromossomos, ou seja pelo material genético. Assim, Pueschel clarifica:

Como as crianças herdam os genes tanto da mãe quanto do pai, elas se parecerão, até certo ponto, com os pais em aspectos como estrutura corporal, cor dos cabelos e olhos, padrões de crescimento (embora em ritmo mais lento). Entretanto, em virtude do material genético adicional no cromossomo 21 extra, crianças com síndrome de down também têm características corporais que lhe conferem uma aparência diferente da de seus pais ou outras crianças sem deficiência. Como o cromossomo 21 extra se encontra nas células de toda criança com síndrome de down, ele exerce uma influência na formação do corpo em todas as crianças de forma semelhante. Assim crianças com síndrome de down apresentam muitas características em comum e se parecem um pouco entre si (PUESCHEL, 2005, p. 77).

3.2 CARACTERÍSTICAS DE PACIENTES PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN DE ACORDO COM THOMPSON

O quadro 1 descreve as principais características que os indivíduos portadores da Síndrome de Down apresentam de acordo com Thompson.

ÁREA	SÍNDROME DE DOWN
Cariótipo	47,XX OU XY,+21
Sinonímia	Trissomia do 21
Anomalia cromossômica	Aneuploidia: trissomia do cromossomo 21 (região q22), translocação e mosaicismo
Freqüência	2/1000 aumentando com a idade materna 35 e paterna 55 para 1/700
Distribuição sexual	Igual para ambos os sexos
Expectativa de vida	Reduzida; morte por doenças respiratórias ou cardíacas; risco de morte por leucemia aguda aumentado 20x.
Neurologia	Retardo mental de grau variável; hipotônia.
Cabeça fáceis características	Occipúcio e face achatados; fenda palpebral oblíqua, manchas de Brushfield na íris, problemas oculares; ponte nasal baixa; língua protusa e fissurada; hipoplasia maxilar, palato ogival; anomalias dentárias; orelhas pequenas dismórficas e de baixa implantação.
Pescoço	Curto e grosso
Tronco	Cardiopatas congênitas; ausência uni ou bilateral da 12ª costela; hérnia umbilical; genitais externos pouco desenvolvidos; pelve estreita, índice ilíaco menor do que as pessoas normais.
Membros	Curtos: mãos e dedos curtos e largos; clinodactilia; linha simiesca
Estatura	Baixa
Risco teórico de ocorrência	Para trissomia livre: aumenta com as idades materna e paterna; mulheres com 35 anos: 1/350; mulheres com mais de 45 anos: 1/25.

Quadro 1 - Genética Médica

Fontes: Thompson & Thompson (1988)

De maneira geral, os portadores d síndrome de down são pessoas calmas, que apresentam bom humor, porém seu comportamento pode variar, levando em conta o fator genético e as características culturais.

O quadro 2 destaca as principais características presentes em uma pessoa com Síndrome de Down, de acordo com Pueschel.

ÁREA	SÍNDROME DE DOWN
Cabeça	Um pouco menos, do que as das crianças consideradas normais e há um achatamento na parte posterior, sendo que as moleiras são geralmente maiores e demoram mais para fechar.
Rosto	Possui contorno achatado, afundamento no osso nasal e limitação nas passagens nasais.
Olhos	Apresentam leve estreitamento e inclinação nas pálpebras.
Orelha	São pequenas e os canais dos ouvidos são estreitos.
Boca	Pequena, sendo o céu da boca mais estreito se comparado às crianças “normais”.
Pescoço	Pode ser grosso e largo.

Quadro 2 - Síndrome de Down/Guia para pais e educadores.

Fonte: Pueschel: 2005.

As características físicas que se apresentam em pessoas com síndrome de down podem ser utilizados pela sociedade e até mesmo pelo professor para criar e julgar, criando mitos quanto a capacidade deles aprenderem.

A síndrome de down vem a ser uma junção de elementos que originam em características físicas que não mudam e portanto não pode ser considerada uma doença, embora as pessoas que apresentam essa anormalidade cromossômica, conforme afirma Pueschel (2005) precisam de cuidados especiais e dependendo do comprometimento esse “cuidado” vai variar de acordo com cada pessoa.

Pessoas com síndrome de down diferem muito com relação à presença e grau de seus problemas médicos. Muitos órgãos do corpo podem estar prejudicados e pessoas com síndrome de down apresentam mais problemas médicos do que outros sem essa desordem cromossômica. Entretanto, a maioria com síndrome de down que recebe serviços médicos e dentários adequadamente terá boa saúde geral (PUESCHEL, 2005, p. 86).

Sendo assim, a inclusão ajuda no desenvolvimento desse indivíduo, portador dessa “anormalidade”, ajudando no desenvolvimento de seus aspectos cognitivo, afetivo e social.

3.3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é o resultado de uma longa jornada histórica que vem sendo construída ao longo de milhares de anos. Rosa (2003, p. 72) destaca que, “falar em inclusão não é apenas repetir um conceito, mas falar de todos aqueles que

passaram suas vidas aprisionados em hospícios ou que acabaram em uma fogueira para salvar a alma de um corpo deficiente”.

Barby (2005, p. 11) faz uma reflexão:

Incluir não é um simples ato de amor, é, antes de tudo, uma lição de cidadania e de respeito, é reconhecer que existem outros de nós, que embora diferentes, são merecedores de participar do meio profissional, educacional e social, quanto qualquer outra pessoa, independentemente de suas características individuais.

A Educação Especial, no Brasil, expandiu-se após a Segunda Guerra Mundial, mediante a criação de entidades privadas, dos primeiros serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação e das Campanhas Nacionais de Educação de Deficientes, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura (BARBY, 2005).

Na década de 1970, houve crescimento de instituições privadas de Educação Especial e das redes públicas, com a criação de classes e escolas especiais em todo o território nacional. Até meados dessa mesma década, a questão da deficiência no Brasil sempre foi encaminhada pelos técnicos ou responsáveis, considerados “especialistas na área”. A tônica central de todas as reivindicações em torno do tema era o paternalismo, o assistencialismo e a tutela, defendendo a institucionalização (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, BRASIL, 1990, p. 40).

A intenção de estabelecer e garantir o atendimento integral e pedagógico na Educação Especial materializou-se, em 1972, quando, por ocasião da formulação do I Plano Setorial de Educação, o Governo elegeu a Educação Especial como área prioritária. Em decorrência desse plano, foi criado o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial). Esse fato reveste-se da maior importância, em qualquer análise histórica que se faça a respeito, por marcar o início das ações sistematizadas, visando à expansão e à melhoria do atendimento educacional prestado no Brasil na área da Educação Especial (PADIAL, 1996, p. 15).

No Brasil, um dos movimentos pioneiros voltados para o atendimento dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o deficiente mental, e o respeito às condições e às possibilidades desse alunado, foi, inicialmente, denominado “integração”. Essa corrente teve atuação bem marcante entre os anos de 1970 e 1980, contribuindo para o estabelecimento de normas expressas em termos, como: “sempre que possível”, “desde que capazes de se integrar” e, assim, por diante.

Essa postura, de certa forma restritiva e limitadora, não atende amplamente aos direitos básicos de ir e vir, de saúde, de trabalho, de educação, de lazer, da forma como são postos hoje, pois, para que tais direitos sejam respeitados, a sociedade precisa mudar para acolher a todas as pessoas (MAZZOTTA, 2005, p. 122).

Até a década de 1960 do século passado, os métodos educacionais utilizados para atender essa clientela foram mais voltados para crianças e jovens impedidos de acessar a escola comum do ensino regular ou para aqueles retirados das classes comuns, por não avançarem no processo educacional. Essa segregação era realizada sob o argumento de que tais alunos seriam mais bem atendidos se fossem encaminhados para classes ou escolas especiais. A Educação Especial foi, então, “constituindo-se um sistema paralelo ao geral, até que, por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram as bases para reivindicar e fundamentar as práticas de integração na escola regular (MENDES, 1996, p. 26).

A década de 1990, percebeu-se uma intensificação no debate acerca da integração, com novos questionamentos sobre qual deve ser o papel da escola frente à diferença, dando-se ênfase à necessidade de fusão dos sistemas especiais e regulares. Foi substituída, assim, a ideia de educação visando à homogeneidade para a educação voltada à diversidade e, no ensino especial, houve a mudança no foco da educação como categorial para a ênfase no conjunto de recursos/apoios/suportes a serem oferecidos aos alunos com deficiências (BARBY, 2005, p. 36).

Portanto, nenhuma fase vivida incorporou tão intensamente essa “proposta” como no final do século XX. Esse processo resultou de dois encontros internacionais que deram visibilidade mundial e direcionaram as discussões sobre o tema. Esses eventos foram a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e a Conferência Mundial de Educação Especial realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha, de onde se originou um importante documento, base e apoio, denominado de Declaração de Salamanca.

A partir da Declaração de Salamanca, a maioria dos países começou a implantar políticas de inclusão dos alunos com deficiências no ensino regular e sua consequente criação de serviços de apoio, por considerarem-na a forma mais democrática para a efetiva ampliação de oportunidades educacionais e serviços educacionais para essa população.

3.4 O PROCESSO DE INCLUSÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva dispõe que o público alvo da educação especial é constituído por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; entretanto, sujeitos identificados com outras características e por meio de outras nomenclaturas continuam constituindo as salas de aula do nosso País.

Como relata Fonseca (1987, p 86), designações “humilhantes” recebidas em décadas passadas encerravam julgamentos e critérios sociais de rendimento e de normalidade. Os termos utilizados muitas vezes refletem concepções preconceituosas, indicando a visão que se faz sobre o sujeito que apresenta de forma permanente ou temporária alguma diferença em seu desenvolvimento.

Atualmente, almejando a superação do estigma embutido na terminologia, as Diretrizes Nacionais da Educação Especial (BRASIL, 2001) sugerem novo termo, refletindo a partir dele a real necessidade educacional do sujeito, alterando alguns termos que possam sugerir indícios estereotipados na sociedade, propondo a utilização que enfatiza as possibilidades de desenvolvimento, derivando daí o conceito pessoa com necessidade especial. “É nessa perspectiva que já percebemos especialistas da área, paulatinamente, assumindo a terminologia da diferença/deficiência como representação de uma nova postura na área de educação especial” (BIANCHETTI, 1998, p. 14).

No Brasil, como paradigma da inclusão, a terminologia empregada – necessidades educacionais especiais retrata o sujeito que:

[...] por apresentar, em caráter permanente ou temporário, alguma deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas, ou ainda altas habilidades, necessita de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou minimizar suas dificuldades (BRASIL, 1998).

Neste sentido, a ênfase está justamente no suporte especial que deve subsidiar o trabalho, tanto no âmbito educacional, social ou profissional, incluindo as adaptações curriculares nas instituições de ensino que atendem alunos com necessidades especiais, bem como as medidas de acessibilidade em locais de trabalho destas pessoas.

Especiais devem ser as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Com este enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir esta característica ao alunado (CARVALHO, 2000, p. 17).

Segundo Buytendorp (2006, p. 53), a inclusão, nos países desenvolvidos, teve início na segunda metade da década de 1980 e, somente no início dos anos 1990 chegou ao Brasil, quando, então, foram iniciadas as discussões acerca das resoluções oriundas da Declaração de Salamanca (1994), evento ocorrido na Espanha. A partir daí, implementaram-se as ideias emanadas do documento Declaração Mundial de Educação para Todos que aconteceu em Jontien, Tailândia, em 1990, destacando-se, aqui, recomendações que enfatizam o papel da escola na construção da sociedade inclusiva.

No Brasil, a Constituição de 1988, garantiu a igualdade de condição de acesso e permanência na escola a todos os alunos e, o atendimento às pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988). Com vistas a atender a essa prerrogativa, diversas leis e políticas foram implementadas, podendo-se destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9394/96-LDB, onde a Educação Especial alcançou status de modalidade de ensino. Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394, em 20 de dezembro de 1996, define Educação Especial em seu capítulo V, artigo 58, como: “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996).

A educação especial é uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis de escolaridade, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, no âmbito da Educação Básica, está assim definida:

Educação Especial: Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta, assegurando um conjunto de recursos ou serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 39).

A atual LDB/1996 reservou um capítulo para oficializar dispositivos referentes à educação especial, no Brasil. No capítulo V, está prescrito que a educação especial deverá, preferencialmente, ser oferecida na rede regular de ensino, o aluno com necessidades especiais deve frequentar as escolas regulares. Dessa forma, o professor tem, em sua realidade de sala de aula, alunos com necessidades específicas, sobre as quais pode não ter tido oportunidade de estudar ou de pesquisar.

No artigo 59 da LDB/1996, a preparação de professores para atuarem com essas especificidades está, assim, preconizada: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos em classes comuns (BRASIL, 1996, p. 27).

O acesso e a permanência da pessoa com necessidades educacionais especiais no ensino regular justificam-se de muitas formas, independentemente do disposto nas leis que orientam tal disposição. A possibilidade de participar do contexto social e do grupo social representado pela escola é fundamental na formação do sujeito.

Revendo a história da Educação Especial, observa-se que o trágico percurso daqueles que apresentavam alguma deficiência e como esta era relacionada à incapacidade e ao defeito, trazendo consigo o estigma daquele que não se encaixa aos padrões da grande maioria da população nas diferentes épocas, revelando a “ignorância” da sociedade frente às atitudes de exclusão para com os sujeitos diferentes.

Em muitos aspectos, a problemática da deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma comunidade. Há implicitamente uma relatividade cultural que está na base do julgamento que distingue entre “deficientes” e “não-deficientes”. Essa relatividade obscura, ténue, sutil e confusa, procura, de alguma forma “afastar” ou “excluir” os “indesejáveis”, cuja presença “ofende”, “perturba” e “ameaça” a ordem social (FONSECA, 1997, p. 9).

Neste sentido, cabe refletir se as mudanças de fato ocorreram em nossa sociedade. Até que ponto a sociedade atual está oportunizando de forma real e

qualitativa o acesso e permanência dos sujeitos com deficiência nos âmbitos: escolar, profissional e social.

Assim, aceitar a pessoa com síndrome de down, como diversidade é papel da sociedade, já que não se trata de uma doença e nem a pessoa deve ser tratada com inferioridade.

Sabe-se, entretanto que a sociedade tinha a imagem do portador as síndrome postulada:

Na cultura grega, especialmente na Espanha, os indivíduos com deficiências não eram toleradas. A filosofia grega justificava tais atos cometidos contra os deficientes postulando que estas criaturas não eram humanas, mas um tipo de monstro pertencente a outras espécies (...) Na Idade Média, os portadores de deficiências foram considerados como produto da união entre um mulher e o demônio(SCHWARTMAN, 1999, P. 3-4).

Porém, pode-se assegurar que hoje, a pessoa portadora da síndrome de down, tem o direito e deve ser aceita nas escolas regulares.

Quanto a isso, Fávero, Panjota e Mantoan afirmam:

(...) Este é o ambiente escolar mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com seus pares de mesma idade cronológica e para estimulação de todo tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo (2000, p. 11).

É inegável que o portador da síndrome sofra algumas limitações, mas se as atividades estiverem de acordo com suas possibilidades de realização, e a estimulação ocorrer através da interação, certamente ocorrerá p desenvolvimento e a aprendizagem. Vigotsky (1988, p. 213) acrescenta que “a criança deficiente não é uma criança menos desenvolvida do que seus parceiros normais, é uma criança que se desenvolve de um outro modo”.

O Plano Nacional de Educação, de 2001 (p.129/130), enfatiza a necessidade de professores preparados para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, a partir dos seguintes artigos:

19. Incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capa- citação ao atendimento dos alunos especiais.

20. Incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica em níveis de graduação e pós-graduação, para formar pessoal especializado em educação especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação.

21. Introduzir, dentro de três anos a contar da vigência deste Plano, conteúdos disciplinares referentes aos educandos com necessidades

especiais nos cursos que formam profissionais em áreas relevantes para o atendimento dessas necessidades, como Medicina, Enfermagem e Arquitetura, entre outras.

22. Incentivar, durante a década, a realização de estudos e pesquisas, especialmente pelas instituições de ensino superior, sobre as diversas áreas relacionadas aos alunos que apresentam necessidades especiais para a aprendizagem (BRASIL, 2001b).

Segundo Dermeval Saviani: “[...] ao adquirir competência o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola, os obstáculos que se opõem à sua ação competente” (1995, p. 45).

O professor que tem um aluno com síndrome de down, incluso em sua sala não pode se deter em planejamentos padrões. Pelo contrário, as necessidades específicas desse aluno criam a necessidade de novas e diferentes formas de apresentar o conteúdo escolar; ação que proporciona maior compreensão por parte desse aluno e dos demais.

A formação do professor que lida com o aluno portador de necessidades especiais, é um requisito indispensável à transformação do nosso sistema educacional, uma vez que:

A qualificação técnica de boa qualidade dos futuros profissionais, assim como a capacitação dos profissionais em exercício, deve ser revista no sentido de prepará-los para concretizar o ideal democrático de oportunizar a educação básica a todos os alunos, quebrando barreiras e limitações de toda ordem, que geram segregacionismo e discriminações (GLAT, 2003, p. 34).

Mantoan e Prieto, (2006, p. 58) reiteram:

Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos.

As autoras reafirmam ainda que, o conhecimento dos domínios teóricos e práticos dos professores é essencial para subsidiar a formulação de políticas para formação continuada.

Faz-se necessário assim, que o professor considere as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas, para que seu possa organizar seu planejamento, para implantação do proposta de ensino e fundamentalmente da avaliação da aprendizagem, para que sejam coerentes às características do seu aluno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta pesquisa que teve como objetivo abordar e discutir o que é a síndrome de down, a importância da inclusão dos alunos com síndrome de down no ensino regular e entender como é essencial a formação do professor, nesse contexto e assim, pode-se concluir que a educação inclusiva impõe aos professores a necessidade de uma formação continuada que possibilite situações de reflexão.

O trabalho do professor irá favorecer os caminhos para a autonomia e independência do aluno, olhar o aluno além das limitações, favorecendo um ambiente inclusivo, dando condições que sejam estabelecidas trocas entre todos, pois todos estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Cabe assim, ao professor embasar seu trabalho pedagógico, através da formação, para lidar com a diversidade e promover o nível máximo de autonomia e independência de cada criança.

Diante disso, fica explícito que a sala de aula é uma comunidade de aprendizagem, que o professor deve estimular o conhecimento por meio de várias teorias de aprendizagem e que a linguagem desse professor é o instrumento que permite a construção dos significados, sendo fundamental para a motivação do aluno e seu desenvolvimento integral.

Desde que nasce o ser humano está inserido no meio social e para que o portador da síndrome da down obtenha sucesso enquanto incluído, todos os envolvidos, como família, amigos e principalmente professores devem fazer parte desse processo, buscando seu pleno desenvolvimento, sendo que na escola, o apoio dos professores é fundamental e está garantido ao aluno o direito ao ensino básico.

O trabalho do professor irá favorecer os caminhos para a autonomia e independência do aluno, olhar o aluno além das limitações, favorecendo um ambiente inclusivo, dando condições que sejam estabelecidas trocas entre todos, pois todos estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Cabe assim, ao professor embasar seu trabalho pedagógico, através da formação, para lidar com a diversidade e promover o nível máximo de autonomia e independência de cada criança.

Sendo assim, um dos grandes desafios está em compreender como se dá o desenvolvimento do indivíduo portador da síndrome de down, buscando conhecer e respeitar seu tempo de aprendizagem, revendo conceitos, evitando rotular, discriminar aquele que é discriminado pela sociedade.

Logo, é papel da sociedade refletir sobre a responsabilidade de cada um em transformar a sociedade e dentro do processo educativo, deve ser oportunizado ao sujeito com necessidades especiais condições de inclusão com qualidade garantindo o exercício efetivo dos direitos humanos, produzindo em sua vida, tão normalmente quanto possível, a despeito de sua limitação.

Concluindo, há muito ainda para se pesquisar sobre o assunto e também sabe-se da importância do papel do professor no processo de ensino aprendizagem do aluno portador da síndrome de down e sobretudo, da necessidade da formação dos professores em relação a este assunto, para que estejam preparados para intervir diante das dificuldades apresentadas..

REFERÊNCIAS

- BARBY, A. A. de O. M.; ROSSATO. M. (Org). **Tópicos especiais para a inclusão educacional**. Maringá: EDUEM, 2005.
- BUYTENDORP, A. A. B. M. História da Pedagogia. Campo Grande. Ed. UFMS, 2006.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação – Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Plano, 2001b. (apresentado por Ivan Valente. Rio de Janeiro: DP&A, 2001).
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC-SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.
- CARVALHO, Rosita E.r. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- DESSEN, M. A.; SILVA, N. L. P. **Interação em Psicologia**, jul./dez. 2002, (6)2, p. 167-176. Universidade de Brasília.
- FAVERO, E.A.G.; PANTOJA, L.M.P.; MANTOAN, M. T. E. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: PFDC, 2004.
- FONSECA, V. **Educação Especial: Programa de estimulação precoce: Uma introdução das ideias de Feustein**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GLAT, R. Prefácio: in NUNES SOBRINHO, F; NAUJORKS, I. M. (Org.). **Pesquisa em educação especial: o desafio da qualificação**. Bauru: Edusc, 2003.
- MENDES, E. G. **Desafios atuais na formação do professor de educação especial**. In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. 1996.
- MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar**. Editora Moderna, 2006.
- MAZZOTTA, M. J.S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

PADIAL, M. S. **Processo de integração do portador de necessidades educacionais especiais no ensino regular.** 1996. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

PUESCHEL, S. (Org). **Síndrome de Down/Guia para pais e educadores.** Campinas, SP: Papirus, 2005.

SCHWARTZMAN, J. S. (1999b). Generalidades. Em J. S.Schwartzman (Org.), **Síndrome de Down** (p. 16-31). São Paulo: Mackenzie, 1999.

SAAD,S.N. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de down.** São Paulo: Vetor: 2003.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** Campinas: Editores Associados, 1995.

STRATFORD, B. **Crescendo com a síndrome de down.** Brasília: CORDE, 1997.

SOUZA, L. G. A., & Boemer, M. L. (2003). **O ser com o filho com deficiência mental – alguns desvelamentos.** Paidéia, 13, 209-219.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 1987.

THOMPSON,M.;MCLNNES,R.;WILLARD,H. **Thompson &Thompson Genética Médica.** 5ªed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A.1993.